



## Expulsão de uma comunidade pesqueira do seu território tradicional

### De que se trata?

A expulsão da comunidade do território tradicional no Estuário do Rio Sirinhaém depois de haver escolhido uma estratégia de defender os seus direitos não adequada.

### Qual foi o problema?

Desde o final da década de 1990, dezenas de famílias que viviam no Estuário do Rio Sirinhaém em Pernambuco estavam sendo expulsas pela usina Trapiche. As famílias procuraram o apoio da CPT no início da década de 2000. A CPT descobriu que os critérios legais de conceder a posse de terras da União (do Estado) para alguma pessoa física ou jurídica (a usina), estavam sendo descumpridos pela usina, e, com base nisso, solicitou que a posse da usina seja cancelada, e a posse da terra concedida às famílias que viviam no local. A CPT tratava as famílias como posseiras e agricultores/ pescadores, que tinham o direito à posse por viverem há décadas em terras do Estado.

### Qual foi o impacto?

O Estado brasileiro não retirou a concessão da usina sob as terras da União e, por sua vez, a usina expulsou todas as famílias que viviam no estuário do Rio Sirinhaém. O Estado brasileiro não foi capaz de aplicar a lei e de garantir os direitos fundamentais à moradia, à terra e à alimentação dessas famílias, enquanto a CPT não foi capaz de enxergar as demandas da comunidade para ajudá-las em sua luta em defesa do território.

**HORIZONT**  
**3000**

AUSTRIAN ORGANISATION  
FOR DEVELOPMENT COOPERATION

**Sector:** Direitos Humanos – Sociedade Civil  
**Período:** 2004-2010  
**Organização:** CPT (Comissão Pastoral da Terra) Nordeste II  
**Informações adicionais:** <http://www.cptne2.org.br/>  
**Contacto:** José Plácido da Silva Junior  
[placidojunior@yahoo.com.br](mailto:placidojunior@yahoo.com.br)

**KNOW-HOW**  
**3000**

*Learning from failure*  
**AT A GLANCE**

### Por que aconteceu?

- Desenvolver o processo apenas de luta pela terra e do direito à posse não foi suficiente.

A CPT não conseguiu entender a complexidade da comunidade e da luta em que estava envolvida. Não se tratava apenas de posseiros/as, agricultores e pescadores, mas sim de uma comunidade tradicional, que tem uma luta específica.

- A luta pela terra era parte constitutiva da luta pelo território, que tem uma legislação específica

A luta pelo território de comunidades tradicionais implica a luta pelas tradições, pela permanência dos modos específicos de vida da comunidade, pelas suas formas de produzir, suas formas de se relacionar com o meio ambiente, suas religiosidades e crenças.

### Quais são as conclusões principais e lições aprendidas?

- Tem que estar sempre aberto ao novo e ser sempre capaz de reconstruir metodologias de acompanhamento, mantendo os próprios princípios.
- É importante não partir das demandas aparentemente apresentadas. Tem que partir do entendimento da comunidade, que se pretende acompanhar, para depois ir construindo as possibilidades de superação dos problemas.
- Adentrar no universo místico, no modo de vida das comunidades, lhes dá muito mais elementos para poder ajudá-las.

### Para quem pode servir como referencia?

- Movimentos e comunidades de luta pela terra e pelo território;
- Organizações de defesa de dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais, ambientais e sexuais;
- Estados Nacionais que muitas vezes, e quase sempre, ignoram a diversidade que tem no campo;
- Organismos de igrejas que estão envolvidos com comunidades rurais.

